



ISSN 2238-118X

# ***CADERNOS CEPEC***

***V. 3 N.10 Outubro de 2014***

**CARACTERÍSTICAS SOCIOECONÔMICAS PRÉ-INDUSTRIAIS E A ECLOSÃO DO PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO NA ALEMANHA**

**André Cutrim Carvalho – FACECON/UFPA  
Pedro Henrique Evangelista Duarte – FACE/UFG  
Wilson Cano – IE/UNICAMP**

**Centro de Pesquisas Econômicas da Amazônia**



**CADERNOS CEPEC**

**Publicação do Programa de Pós-graduação em Economia da Universidade Federal do Pará**

**Periodicidade Mensal – Volume 3 – N° 10 – Outubro de 2014**

**Reitor: Carlos Edilson de Oliveira Maneschy**

**Vice Reitor: Horácio Shneider**

**Pró-Reitor de Pesquisa e Pós Graduação: Emmanuel Zagury Tourinho**

**Instituto de Ciências Sociais Aplicadas**

**Diretor: Carlos Alberto Batista Maciel**

**Vice Diretor: Manoel Raimundo Santana Farias**

**Coordenador do Mestrado em Economia: Sérgio Luis Rivero**

**Editores**

**José Raimundo Barreto Trindade**

**Sérgio Luis Rivero**

**Conselho Editorial**

**Armando Souza**

**Marcelo Diniz**

**Ricardo Bruno**

**Francisco Costa**

**José Trindade**

**Danilo Fernandes**

**Gilberto Marques**

**Sérgio Rivero**

**Gisalda Filgueiras**

---

**Comentários e Submissão de artigos devem ser encaminhados ao Centro de Pesquisas Econômicas da Amazônia, através do e-mail:**

**[jrtrindade@uol.com.br](mailto:jrtrindade@uol.com.br)**

**Página na Internet: <http://www.ppgeconomia.ufpa.br/>**

---

## **Cadernos CEPEC**

### ***Missão e Política Editorial***

Os Cadernos CEPEC constituem periódico mensal vinculado ao Programa de Pós-graduação em Economia do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA) da Universidade Federal do Pará (UFPA). Sua missão precípua constitui no estabelecimento de um canal de debate e divulgação de pesquisas originais na grande área das Ciências Sociais Aplicadas, apoiada tanto nos Grupos de Pesquisa estabelecidos no PPGE, quanto em pesquisadores vinculados a organismos nacionais e internacionais. A missão dos Cadernos CEPEC se articula com a solidificação e desenvolvimento do Programa de Pós-graduação em Economia (PPGE), estabelecido no ICSA.

A linha editorial dos **Cadernos CEPEC** recebe textos de diferentes matizes teóricas das ciências econômicas e sociais, que busquem tratar, preferencialmente, das inter-relações entre as sociedades e economias amazônicas com a brasileira e mundial, seja se utilizando de instrumentais históricos, sociológicos, estatísticos ou econométricos. A linha editorial privilegia artigos que tratem de Desenvolvimento social, econômico e ambiental, preferencialmente focados no mosaico que constitui as diferentes “Amazônias”, aceitando, porém, contribuições que, sob enfoque inovador, problematize e seja propositivo acerca do desenvolvimento brasileiro e, ou mesmo, mundial e suas implicações.

Nosso enfoque central, portanto, refere-se ao tratamento multidisciplinar dos temas referentes ao Desenvolvimento das sociedades Amazônicas, considerando que não há uma restrição dessa temática geral, na medida em que diversos temas conexos se integram. Vale observar que a Amazônia Legal Brasileira ocupa aproximadamente 5,2 milhões de Km<sup>2</sup>, o que corresponde a aproximadamente 60% do território brasileiro. Por outro lado, somente a Amazônia brasileira detém, segundo o último censo, uma população de aproximadamente 23 milhões de brasileiros e constitui frente importante da expansão da acumulação capitalista não somente no Brasil, como em outros seis países da América do Sul (Colômbia, Peru, Bolívia, Guiana, Suriname, Venezuela), o que a torna uma questão central para o debate da integração sul-americana.

### ***Instruções para submissão de trabalhos***

Os artigos em conformidade a linha editorial terão que ser submetidos aos editorialistas, em Word, com no máximo 25 laudas de extensão (incluindo notas de referência, bibliografia e anexos). Margens superior e inferior de 3,5 e direita e esquerda de 2,5. A citação de autores deverá seguir o padrão seguinte: (Autor, data, página), caso haja mais de um artigo do mesmo autor no mesmo ano deve-se usar letras minúsculas ao lado da data para fazer a diferenciação, exemplo: (Rivero, 2011, p. 65 ou Rivero, 2011a, p. 65).

Os autores devem fornecer currículo resumido. O artigo deverá vir obrigatoriamente acompanhado de Resumo de até no máximo 25 linhas e o respectivo Abstract.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	6
1. A QUESTÃO DA NACIONALIDADE <i>VERSUS</i> A LEGITIMIDADE.....	6
2. AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS NA ALEMANHA DE 1815 ATÉ 1851 .....	8
3. CARACTERÍSTICAS SÓCIO-ECONÔMICAS PRÉ-INDUSTRIAIS E O SURGIMENTO DO PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO ALEMÃO.....	8
4. O PROCESSO DE UNIFICAÇÃO DA ALEMANHA.....	16
5. CONSOLIDAÇÃO DA INDUSTRIALIZAÇÃO NA ALEMANHA E SETORES PREDOMINANTES.....	19
6. INDUSTRIALIZAÇÃO NA ALEMANHA NO PERÍODO DA 1ª GUERRA MUNDIAL .....	22
7. A REPÚBLICA DE WEIMAR.....	22
8. INDUSTRIALIZAÇÃO NA ALEMANHA NO PERÍODO DA 2ª GUERRA MUNDIAL .....	25
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	25

## CARACTERÍSTICAS SOCIOECONÔMICAS PRÉ-INDUSTRIAIS E A ECLOSÃO DO PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO NA ALEMANHA

André Cutrim Carvalho – FACECON/UFPA\*  
 Pedro Henrique Evangelista Duarte – FACE/UFG\*\*  
 Wilson Cano – IE/UNICAMP\*\*\*

**RESUMO:** O presente artigo procura identificar o rápido meio de transformação e desenvolvimento pelo qual a Alemanha passou. Cabe dizer que houve uma série de fatores favoráveis para que o processo de industrialização se iniciasse, tais como: potencial de recursos e trabalho subutilizados à procura de empresários dispostos a investir seu capital, e a influência do processo de industrialização inglesa que, ao mesmo tempo, levava à Alemanha novos produtos, criava mercados para os produtos deste país e incitava o interesse pela utilização de novas tecnologias. Além disso, outro aspecto fundamental da industrialização alemã era a prática do protecionismo. Enquanto que grandes partes dos países industrializados seguiam a lógica liberalizante em relação ao comércio internacional, a Alemanha seguiu o caminho oposto, protegendo sua indústria da concorrência internacional e limitando o acesso às tecnologias que desenvolvia. Percebe-se, portanto, que houve muitas forças propulsoras para o desenvolvimento industrial alemão, dentre elas: uma base bancária e comercial consolidada, uma tradição industrial, recursos naturais em larga escala que favoreciam o aprimoramento de tecnologias existentes, e, por fim, uma população bastante receptiva diante desta nova “onda” industrial, bem como um nacionalismo dinâmico à procura de expressão.

**Palavras-chave:** industrialização, desenvolvimento industrial, tecnologia, Alemanha.

**ABSTRACT:** This article seeks to identify means of rapid change and development for which Germany has passed. It must be said that there were a number of favorable factors for the process of industrialization was initiated, such as resource potential and underutilized labor looking for entrepreneurs willing to invest their capital, and the influence of English industrialization process, while Germany led to new products, creating markets for the products of this country and incited interest in using new technologies. In addition, another key aspect of German industrialization was the practice of protectionism. While large parts of the industrialized countries followed the liberalizing logic in relation to international trade, Germany followed the opposite path, protecting their industry from international competition and limiting access to technologies developed. It is clear, therefore, that there were many propulsion for the German industrial development, among them forces: a consolidated banking and commercial base, an industrial tradition, natural resources largely favoring the improvement of existing technologies, and finally a population very receptive on this new industrial “wave” as well as a dynamic nationalism seeking expression.

**Keywords:** industrialization, industrial development, technology, Germany.

---

\* Doutor em Desenvolvimento Econômico pelo Instituto de Economia da UNICAMP. Professor-pesquisador da Faculdade de Economia da Universidade Federal do Pará - FACECON/UFPA.

\*\* Doutorando em Desenvolvimento Econômico pelo Instituto de Economia da UNICAMP. Professor-pesquisador da Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Economia da UFG - FACE/UFG.

\*\*\* Doutor em Economia pelo Instituto de Economia da UNICAMP. Professor-pesquisador do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas – IE/UNICAMP.

## INTRODUÇÃO

Num espaço de tempo tão rápido, o Estado Alemão teve a capacidade de se reerguer - em meio à fragmentação geofísica que marcava sua formação e, conseqüentemente, promovia atrasos políticos e econômicos no seu país - transformando-se em um Império unificado, extremamente forte do ponto de vista militar, impulsionado por uma indústria em rápida expansão e amparado por uma infra-estrutura tecnológica avançada.

Esta transformação, acompanhada como foi pelo recurso deliberado à força militar como instrumento de política nacional e por uma atmosfera de nacionalismo exacerbado, representou um acontecimento de maior significado histórico. “Economicamente, assistia-se à ascensão de um novo “monstro” industrial capaz de tomar a dianteira no continente e de enfrentar a posição britânica no mercado mundial”, afirmava Kemp (1985, p. 101).

Todo o processo de desenvolvimento industrial, que ocorreu na Alemanha, bem como a estruturação geofísica, política e econômica desse país, será investigado nos tópicos a seguir, onde serão tratados, também, a contribuição do estadista, Otto Von Bismarck Schoenhausen, no desenvolvimento alemão, e as lições aprendidas no período envolvendo as duas grandes guerras mundiais, nas quais a Alemanha se envolveu diretamente.

### 1. A QUESTÃO DA NACIONALIDADE *VERSUS* A LEGITIMIDADE

No período compreendido entre 1815 a 1851, havia um grande problema que se espelhava por toda a Europa: a questão da nacionalidade contra a legitimidade. “Se pusermos de lado sua extremidade oeste – França, Portugal e Espanha - a Europa de 1815 era um desafio, a um só tempo, ao sentimento nacional que a difusão das idéias da Revolução Francesa e o ódio contra o conquistador francês tinham feito nascer”, Durosolle (1917, p. 23). Nesse sentido, o sentimento nacionalista quer que a comunidade dos homens na qual esteja inserida tenha seu próprio governo, porém, as opiniões se divergem quando é levada em conta a definição de uma comunidade nacional.

Essa teoria era defendida, principalmente pela Alemanha, que considerava a nacionalidade como um produto de fenômenos involuntários, envolvendo a questão da língua materna e as tradições de um determinado povo, onde a língua pátria é a única que se convive e aprende de maneira inconsciente e involuntária, ou seja, se uma determinada nação se define

pela língua, todos os que falam o idioma alemão devem pertencer à Alemanha, quer queiram ou não. Tal teoria foi fundada por Herder no século XVIII, que foi delineada no sentido que o autor procurava se preocupar com o Estado e falava em termos de nações culturais, porém foi, de certo modo, desvirtuado por seus sucessores, que queriam o Estado-Nação baseado na língua pátria.

A escola clássica, em grande parte francesa, leva em conta que a nacionalidade se estabeleça sobre um fenômeno consciente e voluntário: o desejo de pertencer a determinada nação e não a outra qualquer, desejo expresso em diversas formas, tais como plebiscitos, eleições, votos dos representantes da população, entre outros instrumentos “democráticas”. Assim, se levarmos em conta a teoria alemã, a Alsácia, de dialeto germânico, deveria ser alemã; o país valão, a Suíça Romanche, deveria ser francesa. Porém, se seguirmos a teoria francesa, a Alsácia seria francesa, pois demonstrou sua vontade de pertencer a França; inversamente, a Suíça Romanche, recusando sua anexação à França conforme manifestou em 1814, não seria francesa, mas, sim, Suíça.

Logo, é fácil de ser visualizado o caráter anti-nacional da Europa de 1815, fundado, como vimos, no princípio da legitimidade e no equilíbrio europeu. Para um melhor entendimento, vejamos o caso da Alemanha e da Itália. A nação alemã e a italiana, se dividiram, a primeira em trinta e nove Estados, e a segunda em sete Estados, respectivamente. Vêm, em seguida, dois grandes Estados históricos plurinacionais: o império da Áustria e o Império Otomano.

No primeiro, além de austríacos de língua alemã, se encontram tchecos, eslovacos, poloneses, eslavos do Sul, húngaros, romenos e italianos. No segundo, além dos turcos, instalados em várias regiões do Balcãs, encontram-se gregos, búlgaros, eslavos do Sul, albaneses e romenos. A diferença entre ambos está no fato de o Estado otomano ser fraco, enquanto o Império Austríaco é forte, ponto que permitiu a este resistir aos abalos e conceder autonomia apenas aos húngaros (mediante a Convenção de 1867). Sua posterior divisão e dispersão num conjunto de “Estados sucessores” ocorreram apenas com sua derrota na Primeira Guerra Mundial.

## 2. AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS NA ALEMANHA DE 1815 ATÉ 1851

Havia um problema no Estado alemão que foi colocado em segundo plano. Os republicanos, que formavam apenas pequenos grupos no Sul e na Renânia, desempenharam um papel insignificante, porém vislumbraram três soluções eficazes. A primeira era a de uma união pela vontade popular, independente dos soberanos, onde o até então “Parlamento” de Frankfurt, eleito pelo sufrágio universal, tentou lealmente essa solução. No entanto, seu fracasso se tornou latente quando Frederico Guilherme, rei da Prússia, recusou a coroa imperial que lhe fora oferecida, pois não admitia que seu poder fosse de base popular.

Restavam, ainda, duas soluções. Uma, seria a união em torno da Áustria, reforçando a Confederação Germânica de 1815. Isso fazia supor que à Prússia caberia apenas o segundo lugar, embora brilhante. Além disso, havia igualmente a hipótese da incorporação de todo o Império Austríaco, com suas populações alógenas à Alemanha, seria, na verdade, a solução da “grande Alemanha”, ainda que certos partidários tivessem desejado a incorporação à Alemanha unificada, a velha monarquia dos *Habsburgos*.

Já a outra solução estava direcionada para a “pequena Alemanha”, que consistia em excluir da Alemanha unificada o conjunto do Império Austríaco, inclusive a Áustria germanófona, onde essa união se realizaria sob a Prússia. É nesse aspecto que entra em cena o patriota prussiano e partidário do Estado Histórico *Habsburgos*, Otto Von Bismarck Schoenhaunse, que compreendeu o que implicava a oposição entre a “grande” e a “pequena” Alemanha. Bismarck concluiu que só uma guerra entre a Prússia e a Áustria permitiria resolver esse questionamento. Antes de entrar, especificamente, nos aspectos que tratam das guerras que levaram à unificação alemã, faz-se necessário o tratamento do início do desenvolvimento industrial do país, que possui inter-relações com esse processo.

## 3. CARACTERÍSTICAS SÓCIO-ECONÔMICAS PRÉ-INDUSTRIAIS E O SURGIMENTO DO PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO ALEMÃO

Se olhada sob a perspectiva dos demais países europeus que já haviam se industrializado, a Alemanha, sem dúvida, não reunia as características mínimas necessárias para se lançar no processo de industrialização. Apesar de sua estrutura de portos, cidades comerciais e bancos mercantis ter contribuído de forma relevante no desenvolvimento econômico da Europa, a



Alemanha ainda era, no século XVIII, um país economicamente atrasado – principalmente se comparado com os centros comerciais do Noroeste da Europa -, controlado por forças conservadoras nos campos sociais, políticos e econômicos.

No que diz respeito à estrutura social, prevaleciam no país relações basicamente feudais e semifeudais, mesmo que fosse possível identificar diferenças entre as regiões. No leste da Alemanha, nas terras do *Hohenzollern*<sup>1</sup>, as propriedades eram controladas pelos *junkers*, nome dado à casta rural e militar alemã. Nessas propriedades, onde prevaleciam os poderes sociais e legais dos senhores, o cultivo era praticado por servos camponeses, e o trabalho, baseado em um regime compulsivo, possuía um baixo nível de produtividade.

Na parte ocidental e na região central do país, a servidão havia desaparecido em fins do século XVIII e as obrigações dos camponeses foram substituídas por pagamentos em dinheiro ou em produtos. No entanto, o excedente da produção camponesa era repassado ao senhor como forma de pagamento pela utilização da terra. Assim, em qualquer das regiões, havia pouco incentivo, por parte dos camponeses, em investir na adoção de melhores métodos agrícolas: no primeiro caso, pelo fato do trabalho ser organizado de forma coletiva, o que travava cada agricultor, individualmente, a investir em melhorias – mesmo porque não havia possibilidades desse agricultor vir a ter um pedaço de terra próprio; no segundo, pelo excedente da produção ir para as mãos do proprietário, impossibilitando sua comercialização e consequente geração de renda para o camponês. Por sua vez, como os senhores não eram grandes proprietários, acabavam se limitando à sua propriedade, não possuindo grandes inclinações para realizar elevados investimentos na agricultura.

Em termos da estrutura política, o país era governado, de forma não centralizada – a unificação política ainda não havia acontecido – por Reis, príncipes e duques de forma autocrática. Os senhores da terra, que formavam uma casta inacessível que dominava tanto o Estado quanto o exército, era a base social da monarquia, especialmente no que diz respeito à região da Prússia, governada pela monarquia dos *Hohenzollern*. Nesse sentido, a política econômica era direcionada de acordo com os interesses dessas classes: não havia um interesse claramente direcionado para o desenvolvimento das forças de mercado, mas sim para a

---

<sup>1</sup> *Hohenzollern* foi a dinastia que governou o território da Prússia do século XVIII até o final da Primeira Guerra Mundial.

preservação das forças sociais já existentes, e que garantiam a manutenção do poder dessas classes. Como ressaltou Kemp (1985, p. 103):

A iniciativa econômica, tanto para os senhores como para o imperador, tinha que estar dependente tanto das necessidades políticas, as necessidades de uma classe dominante tradicional. (...) Na política econômica, [foram mantidas] as práticas mercantis estabelecidas, encorajando as atividades que pareciam úteis ao Estado: satisfazer as necessidades do país em tempo de guerra, reduzir a sua dependência em relação às importações ou exportar para obter dinheiro.

A organização política era, então, tipicamente de caráter conservadora. Com essa estrutura agrária e conservadora, era de se esperar que na Alemanha não houvesse um mercado dinâmico, tanto interno quanto externo. Do ponto de vista interno, porque a população estava vinculada à produção agrícola, onde produzia seus bens de subsistência; do ponto de vista externo, porque a fragmentação territorial e o conservadorismo político travavam o estabelecimento de relações comerciais consolidadas. Isso resultava na ausência de incentivos para a realização de investimento industriais.

No que diz respeito a falta de iniciativa privada, o Estado acabou erigindo algumas empresas industriais – principalmente durante reinado de Frederico, o Grande, no período de 1740 a 1786 -, que fossem suficientes para suprir as necessidades do país em tempos de guerra e reduzissem a dependência em relação às importações. Mas esses investimentos, vinculados aos elevados impostos e às tarifas fortemente protetoras, visavam servir aos interesses do Estado, e não propriamente à industrialização do país<sup>2</sup>.

As modificações começam a ocorrer quando da invasão francesa à Alemanha. As Guerras Napoleônicas, ademais terem levado ao fim do Sacro Império Romano-Germânico, e com ele, destruído a estrutura agrária, canalizado recursos para usos improdutivos e reduzirem o comércio com a Grã-Bretanha, por conta da imposição do bloqueio continental, trouxeram influências revolucionárias que ajudaram a romper com a velha ordem e reforçaram os elementos de uma vida econômica mais liberal. É a partir dessa influência que a Prússia realiza a reforma agrária “a partir de cima”. A reforma, que teve pontuações diferenciadas em cada uma das regiões, no geral permitiu a emancipação camponesa, através da abolição da

---

<sup>2</sup> Como a principal referência dessa seção é o texto de Tom Kemp, de 1987. Cabe ressaltar que a análise do autor se prende, basicamente, às condições políticas, econômicas e sociais da região da Prússia. No entanto, o próprio autor esclarece que as demais regiões da Alemanha tinham características próximas a da região prussiana, inclusive no que diz respeito ao tipo de controle econômico mantido pelo Estado.

servidão pessoal, ao mesmo tempo em que autorizava o antigo camponês a adquirir sua própria terra.

Parte dos homens que viviam presos à estrutura agrária, a partir de então, se dirigiam para as cidades na busca de novas oportunidades, o que criava um contingente populacional que viria a se tornar mão-de-obra na indústria. Outra parte permaneceu vinculada ao campo, mediante a possibilidade de adquirir uma propriedade. No entanto, existiam limites para a aquisição de terras por parte desses homens. Isso porque a reforma agrária foi realizada sem que o poderio dos proprietários de terra – principalmente os *junkers*<sup>3</sup> – fosse modificado, na medida em que representavam a base de apoio da monarquia. Ou seja, a reforma agrária foi realizada, mas isso não diminuiu o poder dos antigos proprietários. Esse é um primeiro aspecto da especificidade da industrialização alemã.

Com a realização da reforma agrária, o deslocamento de parte da população camponesa para as cidades e a promoção de melhorias em termos das condições de vida, era inevitável que ocorresse o crescimento da população<sup>4</sup>. Esse crescimento acabava por ampliar a demanda por produtos alimentícios. Ao mesmo tempo, os *junkers*, mediante seu intenso endividamento e perda de terras, viram como única solução para sua situação o estabelecimento de uma aliança com a nascente classe de industriais e a contratação de mão-de-obra estrangeira e barata. Esses fatores internos, somados à retomada gradual do comércio externo (que havia perdido dinamicidade por conta da invasão francesa), criavam um ambiente propício à introdução de técnicas e máquinas no campo, que permitissem a ampliação da produtividade. Nesse sentido, as forças de mercado acabaram criando uma situação na qual uma parte da população camponesa se dirigia para as cidades, para servir como mão-de-obra, enquanto que a parcela que permanecia no campo recebia incentivos para a expansão produtiva.

No terreno político, o Congresso de Viena se reuniu, em 1814, para a formação da Confederação Alemã, que reunia 39 Estados. A Confederação consistia numa união pouco coesa dos Estados soberanos; de fato, sua única unidade consistia, fundamentalmente, no uso do idioma alemão. Os mais importantes membros da Confederação eram o Império Austro-

---

<sup>3</sup> *Junkers* era o nome dado à casta rural e militar alemã.

<sup>4</sup> Em termos estatísticos, a população da Alemanha passou de 24,6 milhões de habitantes em 1800 para 36 milhões em 1850 e 56 milhões em 1900, muito disso influenciado pela intensa corrente migratória que ocorreu nesse período.

Húngaro e o Reino da Prússia. No entanto, a união entre Áustria e Hungria a partir de uma mesma instituição monárquica – ambos eram representados por um mesmo imperador – garantia ao Império Austro-Húngaro o controle sobre a Confederação Alemã, mesmo a região sendo caracterizada por ser economicamente atrasada, enquanto que a região da Prússia possuía um relativo desenvolvimento.

Dentro desse quadro, havia uma série de fatores que eram favoráveis para que o processo de industrialização se iniciasse. De um lado, havia um potencial de recursos e trabalho subutilizados à procura de empresários dispostos a investir seu capital, uma vez que a Alemanha era rica em recursos naturais e, como já dito, havia um contingente de homens e mulheres nas cidades aptos a se converter em mão-de-obra. Por outro lado, havia a influência do processo de industrialização inglesa, que se dava por duas vias: ao mesmo tempo em que levava à Alemanha novos produtos, criava mercados para os produtos deste país e incitava o interesse pela utilização de novas tecnologias, se colocava como a grande potência européia, que tendia a submeter todos os demais países, em latente atraso econômico, a seus interesses e determinações. Nesse sentido, se algo não fosse feito, a Alemanha acabaria por se configurar como um apêndice econômico da Inglaterra, de forma que todo o seu desenvolvimento fosse respaldado na esteira e de acordo com as necessidades e demandas inglesas. Além disso, havia a influência exercida pela França que, se em um primeiro momento, foi responsável pela difusão, por toda a Europa Continental, das técnicas desenvolvidas na Inglaterra, após as invasões napoleônicas incentivou a atividade econômica e a expansão comercial ao romper com as estruturas feudais. Dados esses fatores, a unificação tributária – o *Zollverein* - veio como o elemento chave para dar o impulso ao deslanche do processo de industrialização.

O *Zollverein*, que entrou em vigor a partir de 1834, tratava-se de um acordo de unificação tributária entre os Estados que, apesar de já associados à Confederação Alemã, possuíam, cada um, uma tarifa própria. A unificação transformou a Alemanha em uma única área de livre comércio, alargando os limites legais do mercado e possibilitando a livre circulação de mercadorias. Com essa expansão do mercado, era mais que necessário a construção de uma rede de transportes que permitisse o alcance de todas as regiões. A necessidade de construção de uma rede ferroviária deu, então, o incentivo para que o capital estrangeiro investisse no país.

Os investimentos na estruturação do caminho do ferro deram a dinâmica necessária para a industrialização alemã. Por um lado, tiveram um efeito direto na expansão produtiva por todo o país, na medida em que permitia o alcance de outros mercados, especialmente o mercado externo. Por outro lado, criaram demandas para a exploração de ferro e carvão, recursos naturais fundamentais para a construção de estradas de ferro, e que eram abundantes no país. Nesses termos, o caminho do ferro atuou como o elemento chave na dinamização da indústria alemã, tanto no que diz respeito aos efeitos de sua construção, como por ser a base da integração econômica nacional.

De forma conjunta, encorajou a substituição de importações do material utilizado na construção da via férrea, o crescimento da engenharia, o desenvolvimento da exploração das reservas de carvão e a adoção e adaptação da tecnologia britânica. “O caminho do ferro e a indústria pesada formaram o setor de vanguarda no primeiro estágio da industrialização alemã (...)”, Kemp (1985, p. 117). É assim que, a partir da década de 1840, na esteira do caminho do ferro, a Alemanha começou o seu despertar econômico.

No que diz respeito à internalização da tecnologia necessária para a construção das estradas de ferro, esse não se mostrava como um grande problema, na medida em que o acesso a essa tecnologia era fácil – uma vez que a Grã-Bretanha já a havia desenvolvido<sup>5</sup>. Para internalizar essa tecnologia, foram enviados à Inglaterra diversos jovens, com o objetivo de se formarem tecnicamente, para então internalizar e repassarem a outros homens, na Alemanha, as técnicas e processos produtivos utilizados na Inglaterra.

A educação foi apresentada aos alemães como fator determinante originário da existência de uma classe trabalhadora altamente qualificada e promotora de uma elevada produtividade social do trabalho. Esse sistema educacional era parte do que hoje se designaria um “sistema nacional de inovações”. Para a economia como um todo, a manufatura mecanizada e de larga escala requer não somente máquinas e prédios, mas investimento pesado em capital social: estradas, pontes, portos e sistemas de transportes; e escolas para a educação geral e técnica. Não por acaso se considera que de meados ao final do século XIX, a Alemanha já detinha um capital social básico mais produtivo que o inglês (Braga, 1999, p. 199).

---

<sup>5</sup> No entanto, é importante frisar que, até 1846, o governo inglês mantinha uma proteção a sua indústria, inclusive no que diz respeito às técnicas desenvolvidas, com o intuito de travar o avanço da concorrência.

Além disso, o Estado Alemão viu na educação o fator primordial para torna-se uma nação forte, dentro do continente europeu. Segundo Kemp (1987, p. 122):

(...) passado pouco tempo, a educação secundária e técnica tinha atingido um nível sem par na Europa, surgindo assim um fluxo incomparável de homens científica e tecnicamente qualificados, preparados para acabar rapidamente com a inferioridade alemã na indústria e para assegurar o primeiro lugar à Alemanha nas indústrias dependentes da ciência, que estavam a se tornar cada vez mais importantes.

Aqui, então, fica ressaltado outro ponto característico da industrialização alemã: o investimento em educação. Por conta desse investimento, a Alemanha acabou se destacando enquanto grande produtor de inovações, à medida que sua indústria se desenvolvia.

Na esteira do desenvolvimento comercial e da internalização de capital estrangeiro, o próprio capital nacional começou a ver grandes possibilidades de ganho que a indústria oferecia. Os investimentos em setores que utilizavam tecnologias de ponta, e os recursos gerados a partir dos mesmos, permitiram a rápida substituição do capital estrangeiro pelo nacional, que acabou conduzindo ao desenvolvimento de instituições no mercado de capitais. Assim, a consolidação das instituições bancárias, e sua rápida associação ao capital industrial, não só deram dinamicidade ao desenvolvimento do capital industrial e do capital financeiro, como também consolidaram uma estrutura industrial altamente concentrada na Alemanha. “Essa forte associação entre capital bancário e capital financeiro ampliava o raio de manobra monetário-financeiro e creditício frente ao padrão-ouro gerido pelos ingleses, e ao qual a Alemanha estava formalmente vinculada”, Braga (1999, p. 200).

Três principais fatores podem explicar porque na Alemanha a indústria se desenvolveu de forma concentrada e a partir da associação entre capital indústria e capital bancário: (i) o aumento constante da complexidade técnica, que ampliava de forma considerável o custo do maquinário utilizado, necessitando de grandes somas de capitais; (ii) a construção de unidades de produção cada vez maiores, que permitissem a geração de maiores lucros; e (iii) a ausência de colônias para onde pudessem ser escoados os excedentes de produção, o que favorecia, especialmente nos momentos de crise, a concentração da indústria.

Outro aspecto fundamental da industrialização alemã era a prática do protecionismo<sup>6</sup>. Enquanto grande parte dos países industrializados seguia a lógica liberalizante em relação ao comércio internacional, a Alemanha seguiu o caminho oposto, protegendo sua indústria da concorrência internacional e limitando o acesso às tecnologias que desenvolvia. Só que, ao mesmo tempo em que o protecionismo trazia aspectos positivos, foi responsável também por exaltar as fragilidades comerciais do país. Na medida em que sua população não crescia suficientemente para absorver sua produção interna, havia uma forte dependência em relação as exportação – o que criava conflito com a estrutura protecionista. Quando esses problemas começam a se exacerbar, os industriais passaram a defender uma nova política econômica, baseada não apenas no protecionismo, mas também na expansão colonial. As investidas alemãs na esfera colonial, por sua vez, acabaram por incentivar a indústria marítima e de equipamento militar, ideais para dar vazão à capacidade excedente da indústria pesada.

Assim, partindo de uma estrutura política, econômica e social que aparentemente não lhe fornecia condições para uma rápida industrialização, o país soube usar a seu favor todos esses fatores, erigindo um processo que, em pouco tempo, alçou o país como grande potência industrial. Para tanto, foi essencial o papel das classes ligadas ao poder que, apesar de manterem um governo autocrático e conservador, souberam organizar o liberalismo a seu favor: externamente, mantendo uma política conjunta de protecionismo e tratados comerciais, e internamente, implantando um programa liberal através da unificação tarifária. Tudo isso sem modificar a estrutura social e, portanto, mantendo o poder monárquico e dos senhores ligados a terra. Esses fatores, somados ao grande e potencial investimento em educação, e ao tipo de formação de capital, vinculando banqueiros e industriais, dá a Alemanha o caráter específico de seu desenvolvimento industrial.

Antes, no entanto, de analisar como se deu a consolidação da indústria alemã, faz-se necessário uma breve análise do processo de unificação do país que foi, conjuntamente aos fatores apontados acima, fundamental para que a indústria tivesse as condições favoráveis para promover o desenvolvimento.

---

<sup>6</sup> A prática do protecionismo se instaura já no momento posterior à unificação alemã, que será tema da próxima seção.

#### 4. O PROCESSO DE UNIFICAÇÃO DA ALEMANHA

Como apontado na seção anterior, com a construção do caminho do ferro, a indústria alemã ganhou o impulso que necessitava para se desenvolver. No entanto, à medida que essa indústria se desenvolvia, na década de 1840, questões políticas ganhavam o centro do debate na Alemanha. No ano de 1848, impulsionados pelo efeito da Revolução Francesa, que havia ocorrido em fevereiro deste ano, diversos Estados alemães se revoltaram contra o regime absolutista, resultando em um movimento que conclamava a formação de um parlamento nacional eleito pelo povo, a cargo do qual estaria a elaboração de uma Constituição para a Alemanha unificada.

No entanto, a falta de unicidade na luta e a rejeição das propostas da Assembléia Constituinte, principalmente por conta dos interesses divergentes que se mostravam entre os rebeldes das duas principais regiões – a Áustria e a Prússia - levou ao fracasso da Revolução de 1848 e a reafirmação do poder absolutista, que se expressou na união entre burguesia e aristocracia. A burguesia, que começa a ganhar relevância no espaço político por conta da expansão industrial, temia que essa aliança viesse a prejudicar seus interesses econômicos, mas não via outra forma de se portar naquele momento, dado o descontrole sobre as massas revoltas.

Apesar do fracasso da Revolução de 1848, já ficava claro que a unificação deveria ser conduzida pela Prússia. Tal ponto se justificava por duas questões. Primeiro, que o processo de unificação era fundamental, por diversos aspectos, para que a Alemanha pudesse prosseguir e dar corpo a um projeto econômico nacional. Por outro lado, a indústria já ganhava certa dinamicidade, e era exatamente a Prússia a região mais industrializada da Alemanha. Nesse sentido, o processo de unificação ia de acordo com os principais interesses desse Estado. Além disso, a Prússia era uma região com grande importância política na Europa, e a maior potência militar entre os Estados alemães.

Mesmo já tendo superado a Áustria, em termos econômicos, na década de 1850, é apenas no ano de 1862 que a Prússia adquire a liderança política, com o governo de Guilherme I, que transformou o exército prussiano no melhor exército da Europa, e convidou Otto Von Bismarck para assumir o cargo de Primeiro-Ministro da Prússia, em setembro de



1862. Bismarck foi responsável por importantes movimentos que conduziram ao processo de unificação.

Enquanto Primeiro-Ministro, realizou uma aliança política entre os *junkers* e a alta burguesia<sup>7</sup>, fortaleceu o acordo tarifário de 1834, intensificou a integração dos Estados alemães e promoveu a modernização do exército. Através de uma estratégia de exaltação do espírito nacionalista – que naquela época, já era uma marca da população germânica – ele criou uma política de guerras contra os inimigos externos e contra a ocupação das regiões alemãs, fato que possibilitou a expansão do território prussiano.

Bismarck tinha um plano ambicioso: queria excluir a ferro e fogo, por intermédio de uma Guerra, a Áustria da Alemanha. Para isso, foram designados dois generais, Von Roon no Ministério da Guerra e Von Molke na chefia do Estado-Maio Geral, que lhe preparam o melhor exército de combate para essa missão. Ele, por sua vez, procura provocar a ocasião, onde foram necessárias três guerras para conseguir tal feito.

A primeira e mais complexa, denominada de “guerra dos Ducados”, encabeçada pela Prússia e a Áustria contra a Dinamarca, tinha como objetivo aparente impedir o rei desse país de anexar os ducados do Slesvig, do Holstei e do Lauenburgo que ele apenas possuía a título pessoal. O objetivo real de Bismarck era comprometer a Áustria e criar um motivo real de conflito. Então, a Áustria anexou o Holstein e a Prússia o Slesvig. Logo após, Bismarck propôs uma ampla reforma da Confederação Germânica, o que deixou os liberais indignados, baseada na eleição de um *Reichstag* de sufrágio universal. O próximo passo de Bismarck foi invadir, amparado por um exército fortemente armado, o Holstein, obrigando, dessa forma, de maneira voluntária, como sempre proclamou, a mover-lhe guerra contra a Áustria.

A segunda guerra que Bismarck se envolveu foi a Guerra Franco-Prussiana de 1866. No aspecto diplomático, ele procurou com manobras políticas, maneiras de isolar a Áustria. Além disso, aproveitou-se da revolta dos poloneses em 1863 para conquistar o Czar e fechou a fronteira prussiana aos revoltosos. Enquanto isso, Napoleão III, sempre fiel à política das

---

<sup>7</sup> A promoção dessa aliança entre *junkers* e a alta burguesia deixa claro que Bismarck, enquanto membro da aristocracia foi favorável à monarquia centralizada. Por outro lado, tal fato também mostra como o processo político se desenvolveu a partir de um caráter conservador: a unificação, mesmo tendo considerável influência da Revolução Francesa, foi organizada e conduzida pelas classes dominantes. Isso expressa, sob mais um ponto de vista, a especificidade do caso alemão, ao desenvolver um processo de industrialização sem que as velhas estruturas conservadoras fossem desmontadas.

nacionalidades, irritava os autocratas, propondo um congresso europeu para resolver a sua sorte.

Logo em seguida, Bismarck, com seu poder de persuasão e um amplo jogo de interesses, convence Napoleão III na entrevista de vagas de compensações, caso a Prússia se ampliasse. Aliou-se, enfim, à Itália, que desejava conquistar o Vêneto. Isolada, os austríacos só tiveram ao seu lado a maior parte dos pequenos Estados alemães, o que acaba gerando uma vitória inesperada para Bismarck, que assim podia dizimar a Áustria e anexar os territórios do Norte, em particular, Hanovre, que separava as duas partes da Prússia. Depois, com tudo pronto, diplomacia e exército, trava-se a guerra.

Com a vitória de Sadowa, em três de julho de 1866 a guerra foi decidida a favor da Prússia. A Áustria é, finalmente, excluída da Alemanha, o que culmina com a dissolução da Confederação Germânica. O Estado prussiano se engrandece com isso, e em torno dele se forma a Confederação da Alemanha do Norte, com o *Reichstag* eleito pelo sufrágio universal e um “presidente”, o rei da Prússia. E, a Confederação do Sul, formada por Estados que não conseguiram consolidar sua unidade.

No entanto, apesar da sua falta de unidade, os Estados do sul eram contra a união à Prússia de Bismarck que eles, enquanto liberais, consideravam um Estado militarista. Dado esse contexto, Bismarck utilizou, estrategicamente, da antiga divergência entre Alemanha e França para consolidar a unificação. Isso porque uma possível vitória contra a França colocaria a Alemanha como grande potência militar na região, fator que engendraria uma motivação nacionalista na população. O conflito por conta da sucessão do trono da Espanha foi o estopim para que a França declarasse guerra a Prússia, dando início ao terceiro conflito comandado por Bismarck: a Guerra Franco-Prussiana.

A superioridade do exército alemão, em termos quantitativos de organizativos, levou à vitória da Alemanha. Essa vitória foi responsável não só por transformações internas à França – que transitou do Império para a República, perdeu territórios e se viu obrigada a pagar uma considerável indenização à Alemanha, mas também pelo estímulo ao nacionalismo por parte da população do sul da Alemanha.

Durosolle relata (1917, p. 36):

Bismarck negou algumas vezes que a terceira guerra, a guerra de 1870-1871, fosse desejada por ele. Os textos provam pelo menos que ele a julgava inevitável para rematar a unidade alemã. Mal preparado, comandado por oficiais mais habituados aos golpes de força na Argélia que com uma guerra bem planejada, o exército francês foi esmagado em Sedan. Em 4 de setembro, a notícia de que o imperador fora vencido e feito prisioneiro provocou a queda do regime. Tanto no cerco de Paris como nos exércitos apressadamente recrutados na província, o governo da defesa nacional tentou inverter a situação. Em vão: a 28 de janeiro de 1871, foi preciso assinar o armistício. Nesse ínterim, o Império alemão foi proclamado na Galeria dos Espelhos de Versalhes a 18 de janeiro.

O processo de unificação havia se consolidado em Janeiro de 1871 com a proclamação de Guilherme I como o primeiro imperador do Império Alemão, dando início ao II *Reich*<sup>8</sup>. E, a anexação do território da Alsácia e Lorena só corroborou para a consolidação do poder alemão. Por sua inestimável importância no processo de unificação, Bismarck, foi nomeado como Primeiro Chanceler da Alemanha, cargo que ocupou entre os anos de 1871 a 1890.

Apesar de sua administração ter ficado marcada, primordialmente, pela segurança bélica e pela expansão imperial, o Chanceler foi responsável pela montagem de uma política de potência e bem-estar, mais um fator a caracterizar a individualizar o desenvolvimento socioeconômico alemão. Dentre desse aspecto, ele encaminhou a aprovação de esquemas de seguro estatal compulsórios nos campos da saúde, dos acidentes e da velhice, que em pouco tempo levaram a Alemanha a possuir as fábricas e minas mais seguras do mundo. Obviamente, esses fatores eram de extrema relevância para a consolidação e legitimação de seu poder, assim como para a abrangência ainda maior de um sentimento nacionalista por todos os cantos da Alemanha. Essas questões que permitiram, já no início do século XX, a constituição na Alemanha de um projeto de industrialização nacional-militarista.

## **5. CONSOLIDAÇÃO DA INDUSTRIALIZAÇÃO NA ALEMANHA E SETORES PREDOMINANTES**

Em oito anos, e à custa de três guerras vitoriosas, Bismarck unificou a Alemanha em proveito da Prússia, cujo rei se tornara o “Imperador alemão” Mantendo no Império um certo caráter

---

<sup>8</sup> O I *Reich* diz respeito ao Sacro Império Romano-Germânico.

federal, ele cimentou a unidade pela anexação da Alsácia-Lorena, território do Império”. Essa empresa não trouxe a “hegemonia” a seu próprio país, mas uma incontestável preponderância.

Com a unificação política e territorial alcançada pela Alemanha, no ano de 1871, ela se tornou não só um único Estado, como também um único mercado, e as possibilidades de se acumularem capitais aumentaram com a inserção de uma moeda única, com a constituição de um grande mercado interno e a padronização das leis já existentes. Tais questões apontam o importante papel do Estado nesse processo de industrialização alemã.

Mas, é na década seguinte que a Alemanha alcança a sua maturidade como potência, implicando uma mudança decisiva no equilíbrio de poder europeu e mundial. O período compreendido entre os anos de 1871 e 1914, que se estende até 1914, pode ser entendido como aquele em que se ergue o poder industrial germânico. A base da superioridade industrial alemã se concretizava por meio de inovações tecnológicas. Nesse aspecto, as inovações provenientes das indústrias químicas e elétricas foram de suma importância para isso.

Nos produtos “químicos pesados” surgem os álcalis para sabão e vidro; nos “químicos leves”, os corantes sintéticos para aplicação na indústria têxtil; na farmacêutica, perfumes, cosméticos, matérias fotográficas, plásticos. Além disso, “a disponibilidade de certas matérias-primas, como sal-gema (para sódio), sais de potássio (para potassa), marcassita (para ácido sulfúrico), alcatrão de hulha (para os corantes de anilina), foram pontos a favor na condução desse desenvolvimento”, Braga (1999, p. 200).

Além disso, e devido à facilidade de transportes e a disponibilidade de jazidas de carvão mineral, houve uma concentração de indústrias próximas a fronteira com os Países Baixos, aonde os Rios Ruhn e Reno se localizavam. Nessa região, que antes era rota de comércio ligando o norte da Itália a Flandres, os banqueiros concentraram capitais, e passaram a investir cada vez mais nas indústrias ali localizadas.

Em cidades como Colônia e Essen estão situados vários setores industriais. A reconstrução dos Konzerns possibilitou a formação de vários conglomerados direcionados aos setores carboquímicos, siderúrgicos, metalúrgicos e bélicos. Em Stuttgart se consolidou as indústrias mecânicas, com destaque ao maior grupo industrial da Alemanha, o Daimler-Benz, que fábrica os automóveis da Mercedes-Benz. Na cidade de Munique está localizada a sede da Bayer, um dos maiores conglomerados químicos do mundo. Na Baviera se encontra a sede da indústria e veículos BMW. Em Wolfsburg se situa a sede da Volkswagen.

A indústria naval também apresentou papel de destaque no desenvolvimento alemão. Entre 1892 e 1907, a participação mundial da Alemanha na construção de navios muda de 7,3% para 13,8%. “A tonelage construída cresce de 240 mil, em 1899, para 390.991, em 1906, enquanto a capacidade de seus estaleiros já tinha alcançado, em 1914, o patamar de 400 mil toneladas de navios mercantes”, Handerson (1975, p.198-201).

Merece destaque, também, a estimulação pelo *Reich* e outros estados federativos alemães, a prática de formação de cartéis. Após a recessão de 1872-73, cartéis se consolidam em vários ramos, como vidro laminado, cimento e produtos químicos. Com o protecionismo assumido em 1879, os cartéis são ainda mais incentivados, dada a desvantagem dos competidores externos. O fato dos bancos possuírem volumes elevados de ações das empresas levava a pressões, por parte dos banqueiros, para que se firmassem acordos de cartelização. “Tão profunda é esta característica, que chegou a se tornar lei em 1910, quando o parlamento aprova a legislação sobre “cartel compulsório” para as firmas de potassa, ameaçadas de competição auto-destrutiva”, Handerson (1975, p. 179),

A estratégia de desenvolvimento econômico, político e social adotado pelos alemães corroborou para que ao longo do século XX, a nação Alemã tenha obtido êxito na corrida para o desenvolvimento industrial assumindo a liderança no continente Europeu. Segundo Veblen (1942, p. 256):

[Desde] que a moderna tecnologia caiu nas mãos dos alemães, eles assumiram a liderança na aplicação desse conhecimento tecnológico para, o que poderíamos chamar, as artes da indústria da guerra, não com menos zelo e efeito que sua utilização nas artes da paz. Na “paz armada” européia, a Alemanha Imperial buscou consistentemente ser a mais preparada e pesadamente armada para qualquer eventual “brecha” nessa paz.

Assim, passado esse momento inicial, e adentrando o século XX, é importante ressaltar que houve uma série de fatores positivos e até negativos, como as duas grandes guerras, que fomentaram o anseio nacionalista alemão em busca do desenvolvimento industrial. Foram de suma importância para a industrialização alemã, investimentos em grandes indústrias, como a automobilística, química, elétrica, entre outras. Além disso, a educação foi fator primordial para disponibilizar capital social básico e mão-de-obra qualificada para sustenta todo esse desenvolvimento industrial, pelo qual a Alemanha passou.

## 6. INDUSTRIALIZAÇÃO NA ALEMANHA NO PERÍODO DA 1ª GUERRA MUNDIAL

O processo de desenvolvimento industrial pelo qual a Alemanha foi envolvida ocorreu, grosso modo, de maneira muito acelerada. No entanto, uma base sólida para isso foi usada. “Nunca se deve esquecer que a Alemanha ocupava uma posição imperial na rede europeia de poder, o que correspondia, então, ao sinônimo de poder mundial”, Braga (1999, p. 192). É justamente esse fator que proporciona um avanço muito elevado para a rápida *revolução industrial* que o país sofreu, mas é importante ressaltar que essa base sólida que preparou a nação alemã para a revolução industrial não foi obra de burguesias avançadas dentro de um sistema capitalista. Segundo Braga (1999, p. 192):

Ao contrário, estas (burguesias avançadas) se comprometem somente a partir de um convite que parte do rei da Prússia em nome do Império, de uma vontade política, portanto, e, finalmente, da guerra, objetivos nacionais que terminam por ser inter-relacionar de forma virtuosa com a expansão dos negócios.

O próprio rumo histórico, pelo qual a nação alemã seguiu, tratou de brevar o projeto imperial de desenvolvimento do país. As derrotas sofridas na primeira e segunda Guerra Mundial atrasaram, mas não diminuíram o ímpeto de desenvolvimento industrial, que já havia se consolidado na Alemanha. Com a derrota na 1ª Guerra Mundial, os vitoriosos impuseram várias sanções aos alemães por intermédio do *Tratado de Versalhes*, onde a Alemanha se viu condicionada a pagar indenizações (altíssimas aos países vencedores da Guerra), restrições em termos militares (venda, quase que por completa, do seu poderio militar naval) e perdas territoriais estratégicas, em que foi forçada a devolver as províncias de Alsácia e Lorena. No entanto, em 1918, após a 1ª Guerra Mundial, os alemães se rearticulam por intermédio de políticas nacionais, socialistas e em grande parte fascista, para fazer frente ao poderio bélico e econômico dos seus algozes.

## 7. A REPÚBLICA DE WEIMAR

O regime imperial que fracassou na Alemanha com a derrota na primeira Grande Guerra não era democrático no sentido exato da palavra, pelo contrário, era demasiadamente influenciado pelos militares. Houve, no entanto, uma Assembléia eleita através de sufrágio universal, o *Reichstag* (parlamento), que votava as leis federais e o orçamento alemão. A esperança dos aliados e norte-americanos, vendo instaurar-se uma República “democrática” no país era de

eliminar a “clique militar”, para que a Alemanha se tornasse um membro da grande família das democracias ao redor do mundo.

No entanto, em meio às cinzas da grande Guerra e do Império, surgiu uma república fragilizada, numa era de grandes dificuldades econômicas não só na Alemanha derrotada como também no mundo todo. O social-democrata Friedrich Ebert foi encarregado de formar o primeiro governo republicano. Tendo-se distanciado das idéias revolucionárias do passado, os social-democratas consideravam sua principal tarefa garantir a transição ordenada para a nova forma de Estado.

As tentativas de introdução do socialismo por forças revolucionárias de esquerda, encabeçadas por nomes como Karl Liebknecht e Rosa Luxemburgo – que acabaram assassinados – foram reprimidas pela força das armas em 1918. Não houve mudanças em relação à propriedade privada, administração ou comando das tropas no país. As forças anti-republicanas mantiveram posições-chave no poder.

A eleição de 1919 – a primeira em que mulheres puderam votar – resultou em grande maioria para a democracia parlamentar. A Constituição, promulgada em agosto daquele ano em Weimar, acentuou a unidade alemã: os Estados não tinham soberania. Os três partidos republicanos que detinham a maioria na Assembléia Nacional não foram fortes o suficiente para enfrentar, na década de 20, as tendências que se colocavam contra o Estado democrático: aos radicais de esquerda logo vieram se somar os de direita, que ganhavam cada vez mais influência no seio do povo. Segundo Durosolle (1917, p. 92):

Havia na Alemanha, lado a lado com uma massa ávida de paz, os germes substanciais nacionalistas, furiosos com a derrota, os sacrifícios territoriais, as reparações, a limitação de armamentos. Viu-se, portanto, um popular de corpos francos combatendo a Leste, pequenos partidos e grupos de desempregados, de desmobilizados, de oficiais sem soldo. Os primeiros anos da nova República foram muito agitados, os nacionalistas não hesitaram em assassinar os líderes moderados que consideravam traidores.

Entre 1924 e 1929 houve um breve período de reconstrução, graças à influência que adquiriu Gustav Stresemann, um nacionalista contra qualquer tipo de extremismo. Empréstimos externos foram empregados na modernização da indústria. Com a ajuda dos EUA, elaborou-se o Plano *Dawes* para possibilitar que o país arcasse com suas obrigações de guerra sem se arruinar completamente. A política externa de Stresemann recuperou para a Alemanha a igualdade de direitos através do Tratado de Locarno em 1925, e do ingresso do país na Liga das Nações, a partir de 1926.

No entanto, o declínio da República de Weimar começou com o colapso da bolsa de Nova York e a crise econômica mundial de 1929 – mesmo ano em que morreu Stresemann. As dificuldades econômicas do pós-guerra e as rigorosas condições impostas pelo Tratado de Versalhes, assinado em 1919, alimentaram um profundo ceticismo em relação à república. Os distúrbios atingiram seu ápice em 1923, quando a inflação assumiu proporções dramáticas (um dólar chegou a valer 4,2 bilhões de marcos).

Franceses e belgas ocuparam a região do rio Ruhr, quando os alemães deixaram de pagar as parcelas da indenização de guerra. Nesse ambiente conturbado, o chefe de um dos pequenos partidos, Adolf Hitler, do Partido Nacional Socialista Alemão do Trabalho (NSDAP, nazista), tentou a princípio tomar o poder na Baviera com o auxílio do general Ludendorff, mas fracassou e foi preso. Logo depois, com a criação de um novo marco com o apoio dos anglo-saxões, a situação se restabeleceu, e se vislumbrou uma República viável. Durosolle afirma que (1917, p. 93):

O papel da crise econômica mundial que se desencadeia em outubro de 1920 nos Estados Unidos é decisivo para a ascensão do fascismo. Nas eleições de 1930, os nazistas tem 107 deputados e seu numero de vozes para de 801.0900 para 6.409.000. Também os comunistas progridem e conseguem 4.592 vozes. O movimento se acentua em julho de 1932, os nazistas passam para 230 cadeiras dentre 607 deputados, com 13,7 milhões de vozes. Embora percam ligeiramente em novembro, torna-se fácil a tomada do poder que Hitler deseja realizar na legalidade. Em 30 de janeiro de 1933, o presidente da República, o velho Marechal Hindenburg, mal aconselhado pela *camarilla* que o a cerca e por Von Papen, nomeia Hitler chanceler.

Uma vez Chanceler, Hitler constitui um gabinete de coalizão, com von Papen como Vice-chanceler. Logo, o *Reichstag* reforma a constituição e adota a bandeira preta-branca-vermelha, de cruz gamada. Nas semanas que se seguem, os demais partidos são dizimados, e Hitler é consumado o “*Fuhrer*” da Alemanha. Tal foi a Alemanha de Hitler, fundada sobre a desigualdade, a escravidão, a violência – a qual só se recorrerá como um meio. Consagrando todos os seus esforços aos armamentos, Hitler reabsorve o desemprego. Durante algum tempo, melhora realmente a condição física do povo alemão, mas o preço a ser pago por isso foi muito alto, uma 2ª Grande Guerra Mundial.



## **8. INDUSTRIALIZAÇÃO NA ALEMANHA NO PERÍODO DA 2ª GUERRA MUNDIAL**

Influenciado pelo sistema nazista, a Alemanha lança uma ofensiva em busca de novos territórios, que culminou com a 2ª Guerra Mundial e, conseqüentemente, uma nova derrota com prejuízos sem precedentes com perdas territoriais expressivas e fragmentação política e econômica total. Derrotado após a 2ª Grande Guerra Mundial, a Alemanha adota um projeto singular para seu país, que viria a consolidar, de uma vez por todas, a industrialização alemã. Como assinala Braga (1999, p. 123):

Da segunda derrota, em 1945, renasce com o projeto da assim chamada economia social de mercado, agora com o apoio do *hegemon* – os Estados Unidos – projeto conservador, porém distinto do anglo – saxão e nem tão liberal, com a marca de capitalismo organizado, destaca-se tanto na reconstrução dos anos 50 quanto na performance das décadas seguintes.

Percebe-se que uma vez dado um impulso ao desenvolvimento, e parece que o impulso decisivo foi o caminho de ferro, a capacidade da Alemanha para começar a diminuir o atraso que a separava dos primeiros países industrializados e partir para a consolidação da industrialização no período pós Segunda Guerra Mundial, e mesmo para ultrapassá-los, não constituiu propriamente um milagre, pois houve muitas forças latentes que puderam ser recrutadas para tornar essa transformação possível: uma base bancária e comercial sólida e diversificada, uma tradição industrial, recursos naturais precisamente dos que eram necessários para a tecnologia existente, uma população receptiva, e um nacionalismo dinâmico à procura de identidade, perdido em meio às guerras e o nazismo, mas jamais esquecido.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A título conclusivo, e a partir do anterior exposto, pode-se dizer, claramente, que a Alemanha se constitui um caso notável no que diz respeito, genericamente, ao seu processo de desenvolvimento econômico. Diante de um quadro que não lhe oferecia as mínimas condições, principalmente, se tomarmos de forma comparativa outros países que iniciaram seu processo de desenvolvimento industrial no mesmo período, a Alemanha soube conduzir o processo de forma a explorar, da melhor maneira possível, os recursos que possuía sem, no entanto, ter desarticulado de forma intensa sua forma de organização social.

Assim, partindo uma conjuntura marcada pela estrutura social e política conservadora e por um mercado pouco desenvolvido, os alemães souberam utilizar seus poucos recursos na conjunção entre capital bancário, capital industrial e um pesado investimento em educação para se firmar, não muito depois, como uma das grandes potências mundiais.

Obviamente, seu rápido desenvolvimento, associado à sua força militar e seu extremado nacionalismo, exacerbaram questões que, dentre outros fatores, levaram a seu envolvimento nas guerras e à imposição de duras penas quando de sua derrota. E mais uma vez, a Alemanha apresentou sua capacidade de contornar tais gargalos e de reerguer – ainda que marcados por um dos regimes políticos mais sanguinários da história da humanidade.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

- BRAGA, J.C.S. (1999). **Alemanha: império, barbárie e capitalismo avançado**. In: Fiori. Estados e moedas no desenvolvimento das nações. Vozes, Petrópolis.
- BORCHARDT, K., (1987) “**La revolución industrial en Alemania: 1700-1914**”. In: CIPOLLA, C. The Fontana Economic History of Europe. Barcelona, Ed. Ariel, v. 4, 1987.
- DUROSELLE, Jean Baptiste. (1989). **A Europa de 1815 aos nossos dias: vida política e relações internacionais**. Tradução de Olívia Krakenbuhl, 3ª ed. São Paulo: Pioneira.
- HENDERSON, W. O.. (1975). “**The Rise of German Industrial Power (1884-1914)**”. Temple Smith-London,.
- KEMP, T.. (1987). “**A revolução industrial na Europa do século XIX**”. Lisboa, Edições 70.
- RAMOS-OLIVEIRA, Antônio. (1964). “**Historia Social y Política de Alemania**”. Fondo de Cultura Económica, México.
- VEBLEN, T.. (1942). “**Imperial Germany and The Industrial Revolution**”. The Viking Press, New York.

## ANEXO 1

### Alemanha: Produtividade do Trabalho Rural em Relação a outros Países (1870)

Bélgica	75%
França	65%
Inglaterra	45%
Estados Unidos	35%

Fonte: Borchardt, 1987.

### Alemanha: Taxa Média de Crescimento do Capital em Relação ao Produto

1850 – 1875	2,3%
1876 – 1895	2,7%
1896 – 1913	3,4%

Fonte: Borchardt, 1987.

### Alemanha: Taxa de Investimento

1850	8,7%
1874	17,2%
1880	7,3%
1896	17%

Fonte: Borchardt, 1987.

### Alemanha: Emigração Estrangeira Além Mar

Período	População
1821- 1830	8.500
1831- 1840	167.700
1841- 1850	469.300
1851- 1860	1.075.000
1861- 1870	832.700
1871- 1880	626.000
1881- 1890	1.342.400
1891- 1900	529.900
1901- 1910	279.600

Fonte: Borchardt, 1987.

## ANEXO 2

### Produção de Lingotes de Aço na Alemanha, Inglaterra, França e Rússia, em Médias Anuais

Período	Alemanha	Inglaterra	França	Rússia
1870 – 74	1.579	6.480	1.211	375
1875 – 79	1.770	6.484	1.462	424
1880 – 84	2.893	8.295	1.918	477
1885 – 89	3.541	7.784	1.626	616
1890 – 94	4.335	7.402	1.998	1.096
1895 – 99	5.974	8.777	2.386	1.981
1900 – 04	7.925	8.778	2.665	2.773
1905 – 09	10.666	9.855	3.391	2.779
1910 – 13	14.836	9.792	4.664	3.870

Fonte: Borchardt, 1987.

### Participação de Cartéis em Alguns Setores (1907)

Papel	90%
Mineração	74%
Aço Bruto	50%
Cimento	48%
Vidro	36%
Ferrovias	23%

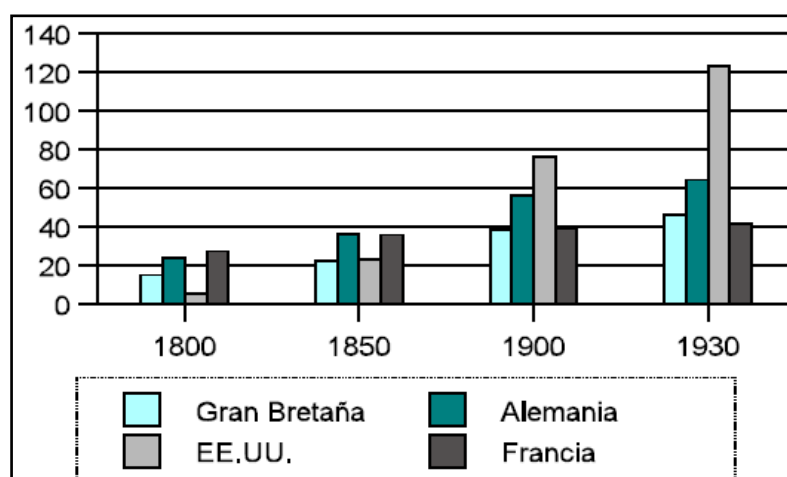
Fonte: Borchardt, 1987.

## ANEXO 3

Quilometragem do Sistema Ferroviário Alemão		
Ano	Km	Aumento Percentual
1835	6	100,0
1840	549	9050,00
1845	2131	288,16
1850	5822	173,21
1855	7781	33,65
1860	11026	41,70
1865	13821	25,35
1870	18560	32,29
1875	27795	49,76
1880	33865	21,84

Fonte: elaboração própria.

Evolução da População (por milhões de habitantes)



Fonte: elaboração própria.

Concentração Industrial na Alemanha (1882-1907 – Em número de empresas)		
	De 1 a 5 Trabalhadores	De 6 a 50 Trabalhadores
1882	2.175.000	85.080
1907	1.879.000	187.075

Fonte: elaboração própria.